



EDUCAÇÃO ESCOLAR E MULTICULTURALISMO: LENDO E REFLETINDO REALIDADES SOCIAIS NA SALA DE AULA

Andrea Paula Rego Maia¹, Cícero Nilton Moreira da Silva²

Resumo: Este estudo abordará discussões sobre a multiculturalidade no processo educativo nas instituições escolares, de modo que as diferenças existentes em um mesmo espaço possam ser respeitadas e valorizadas, ao invés de serem motivos de exclusão e discriminação. Assim, o objetivo deste estudo é contribuir com debates e reflexões acerca da importância e do respeito para com as diferenças, principalmente na esfera educacional, de modo que o princípio da igualdade de direitos possa se aplicar a todos indivíduos que formam uma sociedade e que convivem no espaço escolar. O mesmo constitui-se um ensaio teórico, fundamentado em discussões de autores, como Silva e Brandim (2016), Carmo, Farias e Mendes (2014), Candau (2008, 2011) e Werneck (2008), que debatem em seus estudos e obras, aspectos relevantes sobre o multiculturalismo na educação. Assim, com este estudo percebeu-se que abordar a multiculturalidade junto com o processo de ensino não é uma tarefa fácil, mas também não é impossível. É fundamental que haja uma mobilização e comprometimento por parte de toda a comunidade escolar, incluindo nesse processo a parceria com o Estado, para que se materialize nas escolas uma educação multicultural, capaz de promover aos alunos uma consciência sobre os problemas que as diferentes formas de preconceito e discriminação podem acarretar para a vida de um indivíduo em formação.

Palavras-chave: Processo Educativo. Multiculturalismo. Escola.

¹ Mestre em Ensino pelo Programa de Pós Graduação em Ensino (PPGE), ofertado pelo Campus Avançado "Prof.^a Maria Elisa de Albuquerque Maia" - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (CAMEAM/UERN). Professora de Geografia do ensino fundamental II da rede municipal de ensino da cidade de Martins-RN.

² Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Professor do Programa de Pós Graduação em Ensino da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (CAMEAM/UERN).





SCHOOL EDUCATION AND MULTICULTURALISM: READING AND REFLECTING SOCIAL REALITIES IN THE CLASSROOM

Abstract: This study will address discussions about multiculturalism in the educational process in school institutions, so that the differences existing in the same space can be respected and valued, rather than being grounds for exclusion and discrimination. Thus, the aim of this study is to contribute with debates and reflections on the importance and respect for differences, especially in the educational sphere, so that the principle of equal rights can apply to all individuals who form a society and live together in the school space. The same constitutes a theoretical essay, based on discussions of authors such as Silva and Brandim (2016), Carmo, Farias and Mendes (2014), Candau (2008, 2011) and Werneck (2008), who debate in their studies and works, relevant aspects on multiculturalism in education. Thus, with this study, it has been realized that working on multiculturalism in connection with the teaching process is not an easy task, but it is not impossible either. For this, it is necessary that there is mobilization and commitment on the part of the whole school community, including in this process the partnership with the State, so that multicultural education materializes in the schools; capable of promoting to the students an awareness on the problems that the most different forms of prejudice and discrimination can lead to the life of an individual in formation.

Keywords: Educational Process. Multiculturalism. School.

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade marcada pela diversidade, debater sobre as diferenças e identidades culturais significa estimular a tolerância, o respeito e a integração entre valores, crenças e costumes distintos, os quais devem se complementar.

No campo educacional, torna-se indispensável a realização de debates, visando estimular os alunos a aprenderem a lidar com as diferenças, exercitando ações de respeito e tolerância, uma vez que, na contemporaneidade são cada vez mais comuns o registro de diversas situações envolvendo desrespeito, discriminação, preconceito e agressões físicas e/ou psicológicas, desencadeadas pela





não aceitação ao direito das pessoas de serem diferentes, seja cultural, sexual, étnica, social ou politicamente.

Este ensaio teórico tem como objetivo promover reflexões e instigar ao debate sobre a necessidade de discutir sobre as diferenças culturais no espaço escolar, mas também de suscitar a importância de se promover nas comunidades escolares ações envolvendo esta temática. Isto porque as diferenças culturais marcam o cotidiano da vida em sociedade, por isso devem ser exploradas tanto no planejamento como na execução das ações e atividades de ensino, na intenção de estimular a convivência respeitosa entre os sujeitos que interagem no mesmo espaço, os quais devem compreender o respeito às diferenças, por intermédio da afirmação dos direitos iguais.

Neste contexto, é válido ressaltar que as discussões envolvendo a pluralidade e o processo educativo podem ser observadas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB - nº 9.394/1996), esta que se configura como um documento oficial, responsável por regulamentar e estabelecer normas e diretrizes para a educação no Brasil.

Com isso, percebe-se que tais discussões existem há algum tempo em documentos oficiais, dentre os quais é importante destacar que a educação para a multiculturalidade já se configurava como um direito desde a implantação da Constituição Federal Brasileira, em 05 de outubro de 1988, quando em seu artigo 3º, parágrafo IV estabelece como um dos objetivos da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, p. 01).

Outro documento, que trouxe ao conhecimento da sociedade a importância de abordar a diversidade cultural no processo de ensino e aprendizagem, desenvolvido nas escolas, foram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Elaborados pelo Ministério da Educação (MEC) e lançados no ano de 1997, em primeira versão, tinham a





finalidade de orientar os professores, fornecendo-lhes algumas propostas metodológicas a serem aplicadas em sala de aula, conforme os conteúdos de cada disciplina.

A partir da elaboração dos PCN, também foi publicado pelo MEC, ainda como parte integrante destes parâmetros, mas em documento à parte, os Temas Transversais. Estes “correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas, na vida cotidiana” (BRASIL, 1997, p. 15), devendo ser abordados ao longo de todo o processo educativo, na educação básica e contemplados por todas as disciplinas que formam os currículos escolares do ensino fundamental, nos anos finais e no ensino médio, em abrangência nacional. Com base nesses critérios foram selecionados pelo MEC seis temas (Ética, Meio Ambiente, Trabalho e Consumo, Saúde, Sexualidade e Pluralidade Cultural), dentre os quais, será destacado neste estudo a Pluralidade Cultural, que na atualidade recebe a denominação de multiculturalidade.

Esta temática, por sua vez, compreende também a defesa de princípios como tolerância e respeito às diferenças, ressaltando a igualdade no que se refere ao exercício da cidadania (BRASIL, 1997). Porém, conforme lembra Candau (2008), a mesma só foi incluída nos documentos oficiais da educação devido a uma negociação, na qual os movimentos sociais tiveram participação ativa e determinante.

Com base nestas reflexões iniciais, ressalta-se que este ensaio corresponde a uma revisão do aporte teórico da dissertação de mestrado que trabalhamos junto à realidade de duas escolas da rede pública estadual do Estado do Rio Grande do Norte (RN), entre os anos de 2015 e 2017. Estudo vinculada à linha de pesquisa intitulada Ensino de Ciências Humanas e Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE), que faz parte da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), campus de Pau dos Ferros – RN, defendida em abril de 2017.

Este ensaio corresponde a uma revisão bibliográfica, baseada em leituras e reflexões de estudos que trazem importantes





discussões sobre o multiculturalismo na sala de aula. O mesmo encontra-se dividido em duas seções, dentre as quais, a primeira traz discussões a respeito do contexto histórico e da difusão do multiculturalismo na sociedade contemporânea, em nível mundial e nacional; e a segunda, enfoca debates pertinentes sobre o multiculturalismo no espaço escolar, assinalando sobre a relevância de explorar esta temática nas salas de aula do ensino básico.

Abordar a multiculturalidade no processo de ensino-aprendizagem significa promover aos alunos uma consciência sobre os problemas que as mais diversas formas de preconceito e discriminação podem acarretar para a vida de uma pessoa. Explorar esta temática na escola significa promover a valorização das diferentes culturas que convivem em um mesmo espaço, evidenciando o respeito como elemento principal.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIFUSÃO DO MULTICULTURALISMO NO MUNDO E NO BRASIL

Compreender a origem do multiculturalismo no mundo não é uma tarefa simples, pois o seu surgimento está imerso em acontecimentos históricos, que impulsionaram sua implantação, e repleto de controvérsias, em decorrência das “diferentes concepções que o termo oferece” (GROFF; PAGEL, 2009, p. 08).

Neste sentido, torna-se complexo definir com precisão uma data para surgimento do multiculturalismo. No entanto, alguns autores buscam definir o seu surgimento a partir de determinados acontecimentos históricos marcantes. Deste modo, conforme Silva e Brandim (2008, p. 52), o multiculturalismo

[...] se inicia em meados do século XX nos Estados Unidos e [...] se difunde no mundo ocidental como forma de enfrentamento dos conflitos gerados em função das questões econômicas, políticas, e, mormente, étnico-culturais, na tentativa de combater discriminações e preconceitos, haja vista as dificuldades de indivíduos e grupos de acolher e conviver com a pluralidade e as diferenças culturais.





No contexto mundial, este movimento ganhou força com o processo de globalização que, por sua vez, promove a integração e comercialização entre diversos países, ocasionando a miscigenação de culturas, raças, idiomas, classes sociais e outros, que convergem para a criação do multiculturalismo.

Ainda no que diz respeito ao seu surgimento, Groff e Pagel (2009) alertam que apesar de não existir uma data específica, pode-se afirmar que este movimento teórico se estruturou a partir de 1960, especialmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, no campo educacional. A partir deste momento de surgimento e sistematização do multiculturalismo nestes países, a educação vem assumindo a importante função de educar as pessoas para que aprendessem a lidar com as diferenças culturais, que se tornariam cada vez mais intensas e inevitáveis.

No Brasil, os primeiros indícios surgiram, a partir da colonização e das grandes navegações, ocorridas no século XVI, conforme Groff e Pagel (2009). Estes processos desencadearam os primeiros contatos e intercâmbios entre culturas diferentes, iniciando a infinita busca por capitais e a escravização de povos, o que originou grande parte das minorias que ainda hoje persistem na sociedade.

Entretanto, somente no início do século XX, assim como ocorreu nos Estados Unidos e na Europa, o multiculturalismo ganha força para sistematizar-se no País, se consolidando como movimento social, que visa defender qualquer grupo minoritário, vítima de preconceitos e discriminações, tendo início, segundo Silva e Brandim (2008), a partir dos movimentos negros.

Mesmo surgindo os primeiros contatos entre diferentes culturas no período de colonização, no país prevalecia ainda um forte ideal de homogeneização cultural, o qual constitui um processo em que uma cultura predominante (etnocentrismo) é considerada como padrão e a mais "adequada" para ser adotada por todos, não sendo aceitos princípios e regras oriundos de outras culturas. Diante disso, tal processo de homogeneização cultural nos leva a crer que:





Tais padrões, assentados nas culturas ocidentais brancas, letradas, masculinas, heterossexuais e cristãs, estão arraigados no imaginário social e naturalizados cotidianamente nos diversos espaços de convivência humana, afetando tanto os chamados grupos minoritários quanto os pertencentes às esferas hegemônicas. Ademais, são padrões culturais definidos arbitrariamente e impostos de modo sutil ou arrogante e hostil, peculiar das culturas e identidades autoproclamadas "superiores", o que contribui para reforçar e difundir a chamada ideologia do branqueamento, segundo a qual os grupos ocidentais brancos se dizem mais capazes e melhores que os demais existentes, tornando-os alvos de exclusão, discriminação, preconceito etc. (SILVA; BRANDIM, 2008, p. 54)

Com base nestas afirmações, é necessário observar que as lutas contra diversas formas de preconceito e discriminação existem há muito tempo, tanto no mundo como no Brasil. Entretanto, com o passar do tempo, o que ainda se presencia atualmente na sociedade são formas de preconceito e discriminação que podem ser consideradas como resquícios de um passado, marcado por cultura a homogeneização cultural, processo que desconsidera a diversidade e compõe a base da sociedade brasileira. Com isso, percebe-se que "o debate multicultural na América Latina nos coloca diante da nossa própria formação histórica, da pergunta sobre como nos construímos socioculturalmente, o que negamos e silenciemos, o que afirmamos, valorizamos e integramos na cultura hegemônica" (MOREIRA; CANDAU, 2008, p. 17).

Diante dos fatos históricos apresentados, evidenciou-se que a origem e consolidação do multiculturalismo no mundo e no Brasil não foi um processo rápido e simples, mas sim gradativo, de modo que aos poucos ganhou força e apoio através de movimentos sociais que contribuíram para sua estruturação na sociedade. Mediante à contextualização deste movimento, é de fundamental relevância compreender como alguns autores o conceituam, entendem e o classificam, para adiante entender os processos influenciados por este movimento.





O termo multiculturalismo, ao longo de seu surgimento e difusão, vem apresentando diferentes definições, apresentando controvérsias entre os autores que o definem. Isto porque:

Algumas pessoas veem o multiculturalismo como uma filosofia antirracista; outras, como uma maneira de reforma educacional; outras, como proteção da diversidade cultural e dos direitos das minorias, ou o veem como uma neutralidade, entendendo ser uma simples pluralidade de culturas. O multiculturalismo para pessoas diferentes pode significar coisas diferentes. (GROFF; PAGEL, 2009, p. 10).

Neste sentido, numa definição mais simples, Werneck (2008, p. 429), entende que o multiculturalismo é “[...] um movimento social que leva ao reconhecimento da diversidade das culturas e à investigação sobre as questões da identidade, dos direitos humanos, da exigência da tolerância entre os povos”. Mas este movimento vai mais além do que o reconhecimento e a investigação sobre a diversidade cultural, ele ultrapassa os limites sociais. Conforme Silva e Brandim (2008, p. 56):

O multiculturalismo emerge em território estadunidense não apenas como movimento social em defesa das lutas dos grupos culturais negros e outras “minorias”, mas também, como abordagem curricular contrária a toda forma de preconceito e discriminação no espaço escolar.

Diante dessa concepção, percebe-se que definir o multiculturalismo é algo complexo, que exige grandes conhecimentos acerca de acontecimentos históricos, e de conceitos como: cultura, identidade e diferença. Até mesmo com relação à própria nomenclatura existem controvérsias quando se trata de multiculturalismo. Canen (2007, p. 92) lembra que alguns autores

Apontam que o interculturalismo seria um termo mais apropriado, na medida em que o prefixo ‘inter’ daria uma visão de culturas em relação, ao passo que o termo multiculturalismo estaria significando o mero fato de uma sociedade ser composta de múltiplas culturas, sem necessariamente trazer o dinamismo dos choques, relações e conflitos advindos de suas interações.





Isto revela que cada autor apresenta e utiliza a definição que julga ser mais adequada para o que busca tratar, no que diz respeito à diversidade cultural. Compactuando com esta ideia de que interculturalismo/interculturalidade seria o termo mais adequado, Candau (2008, p. 22) defende que a perspectiva intercultural significa abordar a “inter-relação entre diferentes grupos culturais presentes em uma determinada sociedade. [...] esta posição se situa em confronto com todas as visões diferencialistas que favorecem processos radicais de afirmação de identidades culturais específicas”.

Todavia, é válido destacar que ambas denominações estão associadas, pois tratam da heterogeneidade cultural presente na sociedade moderna, mas também diferem entre si, uma vez que “não há consenso na literatura disponível, embora a maior parte dos autores proponha uma ‘análise semântica’ para tentar esclarecer o conflito conceitual entre prefixos como multi, pluri, inter e trans.” (CANDAU, 2002, p. 74). Neste estudo, será adotada a denominação de multiculturalismo para tratar sobre diversidade e interações culturais nos contextos social e educacional.

Assim, para se ter um melhor entendimento acerca dos pressupostos teóricos que embasaram o surgimento do multiculturalismo, é imprescindível expor ao debate abordagens, que trazem diferentes concepções em torno do conceito de multiculturalismo. Conforme McLaren (1997), as tendências do multiculturalismo classificam-se em quatro tipos, sendo elas: o multiculturalismo conservador; o humanista liberal; o liberal de esquerda; o crítico e de resistência.

Quanto às conceituações, entende-se que o multiculturalismo conservador se fundamenta na existência de uma cultura comum, única e padronizada, de modo que esta cultura deveria seguir os ideais da cultura dominante que, no caso brasileiro, seria a dos brancos. A partir desta tendência percebe-se que há uma contradição entre o que defende o multiculturalismo e o que a mesma afirma. Isto porque enquanto esta tendência defende a homogeneização





cultural, os ideais do multiculturalismo defendem a multiplicidade de culturas, sem existir obrigatoriedade de seguir padrões somente da que é dominante.

Seguindo então a classificação elaborada por McLaren (1997), outra tendência seria o multiculturalismo humanista e liberal. Esta segue uma linha de raciocínio similar à conservadora, pelo fato de admitir a existência de uma igualdade entre as etnias, confirmando a ideia de que a humanidade é comum e universal. Admite que as pessoas possuem os mesmos direitos de convivência, desconsiderando a falta de oportunidades iguais entre as diferentes classes sociais.

Em contrapartida, o multiculturalismo liberal de esquerda defende os ideais da pluralidade cultural, relacionadas ao gênero, à classe e à sexualidade, admitindo a existência de diferentes culturas em uma mesma sociedade. Em contrapartida, a igualdade é vista como um elemento que mascara as diferenças culturais.

Por fim, com base em McLaren (1997), o multiculturalismo crítico e de resistência, como o próprio nome sugere, admite o surgimento de movimentos e lutas sociais em defesa de grupos que sofrem preconceito e discriminação. Esta tendência aborda as diferenças com base na dimensão política. Deste modo, a pluralidade cultural se concretiza de forma significativa com base na política de transformação social.

Assim, no que diz respeito às diferentes concepções do multiculturalismo, Candau (2008, p. 50) alerta que “[...] as configurações multiculturais dependem de cada contexto histórico, político e sociocultural”, e com isso torna-se mais fácil compreender os fundamentos que norteiam este movimento em suas diferentes perspectivas.

É importante ressaltar que o multiculturalismo é um movimento social que desde o seu surgimento enfrenta obstáculos à sua efetiva realização na prática. Isto porque mesmo obtendo apoios importantes, os ideais multiculturais não conseguem romper por





completo com os paradigmas que colocam a cultura dominante como padrão e superior. Por causa disso, os princípios multiculturais acabam sendo colocados em segundo plano, não tendo suas ideias postas em prática.

Diante disso, Groff e Pagel (2009, p. 12) nos lembram que “o multiculturalismo implica conquistas e reivindicações, de modo a evitar as formas diversas de opressão, exclusão e dominação”. Por isso, os defensores deste movimento jamais desistem de conquistar cada vez mais adeptos, de modo a extinguir os paradigmas homogeneizadores arraigados ao passado.

O MULTICULTURALISMO NO ESPAÇO ESCOLAR: REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Em meados do século XX se consolidou no mundo e no Brasil, o movimento teórico denominado de multiculturalismo. Este movimento trouxe ao debate ideais que questionavam e criticavam o paradigma de homogeneização cultural, até então propagado na sociedade, passando a propor ideais que defendem a heterogeneidade cultural, fundamentada pela coexistência e convivência de diferentes grupos numa mesma sociedade. Além disso, apoia as lutas e movimentos sociais em prol dos grupos que estão mais propensos a sofrerem discriminação e preconceitos.

Nesta perspectiva, as diferenças entre grupos culturais que formam a sociedade também são identificadas no contexto educacional, onde é possível considerar que “a escola é, sem dúvida, uma instituição cultural. Portanto, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como entre dois pólos independentes, mas sim como universos entrelaçados [...]” (MOREIRA e CANDAU, 2003, p. 160), os quais devem se complementar e contribuir para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e a formação dos alunos enquanto cidadãos.





Porém, conforme lembra Hanna (2015, p. 67), “na escola há a valorização de um “modelo ideal” de aluno e todos os que “fogem” desse modelo tendem a sofrer diferentes formas de discriminação”. Com isso, percebe-se a necessidade de que as escolas realizem mudanças a partir de ações que incorporem de fato os princípios de busca pela igualdade de oportunidades e de tratamento, diante das diferenças apresentadas pelos alunos e funcionários que atuam na comunidade escolar. É preciso que estes espaços não apenas apoiem teoricamente as diversidades, mas que as incorporem verdadeiramente em suas ações os ideais multiculturais.

A escola é um espaço no qual se observa uma forte disseminação de diversas culturas, promovendo uma interação entre valores, costumes e crenças em um mesmo espaço, o que contribui para o desenvolvimento de diálogos e também de conflitos, envolvendo a convivência entre culturas diferentes.

Assim, no momento atual, em que o País se apresenta cada vez mais plural, no que diz respeito a aspectos culturais, étnicos, religiosos, de gênero e de orientação sexual, não é admissível que instituições escolares ignorem a relação ensino e multiculturalidade. Isto porque, “sem dúvida, pluralidade vive-se, ensina-se e aprende-se. É trabalho de construção, no qual o envolvimento de todos se dá pelo respeito e pela própria constatação de que, sem o outro, nada se sabe sobre ele, a não ser o que a própria imaginação fornece” (BRASIL, 2000, p. 141).

Neste sentido, tal movimento passou a adentrar e exercer influências no âmbito escolar, de modo que “a abordagem da diversidade cultural na escola se realiza, portanto, a partir do encontro de nossos valores simbólicos, sociais, econômicos, culturais e do *outro*, (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), o diferente” (SILVA, 2011, p. 14). E a partir desse encontro é que deve ser planejado e desenvolvido o processo de ensino e aprendizagem - o que é válido para todas as disciplinas do ensino básico.





No entanto, este não é um processo rápido e simples, uma vez que exige mudanças que vão desde o currículo das escolas, até as práticas desenvolvidas pelos professores, o que requer tempo para que as adaptações necessárias possam se concretizar. Deste modo, é imprescindível considerar que:

Construir o currículo com base nessa tensão não é tarefa fácil e irá certamente requerer do professor nova postura, novos saberes, novos objetivos, novos conteúdos, novas estratégias e novas formas de avaliação. Será necessário que o docente se disponha e se capacite a reformular o currículo e a prática docente com base nas perspectivas, necessidades e identidades de classes e grupos subalternizados. (MOREIRA e CANDAU, 2003, p. 157)

Isto revela a complexidade que as mudanças provocadas pelo multiculturalismo exigem ao contexto escolar, o que explica o porquê de ainda no momento atual, as escolas não conseguiram incorporar completamente em seu currículo e em suas práticas, os ideais do multiculturalismo. Assim, apoiando-se no pensamento de Silva (2003), o papel da escola não se restringe somente aos processos formais de acesso ao conhecimento, mas abrange também a formação pessoal, social e o mundo do trabalho.

Neste sentido, Silva (2011) nos lembra que para desenvolver aprendizagens que considere a diversidade, é imprescindível desenvolver uma postura ética, moral, estética e educativa perante o outro. Isto implica afirmar que é necessário uma revisão e reconstrução de valores sócio históricos, políticos e culturais. Este processo busca “[...] oferecer ao aluno, e construir junto com ele, um ambiente de respeito, pela aceitação; de interesse, pelo apoio à sua expressão; de valorização, pela incorporação das contribuições que venha a trazer” (BRASIL, 2000, p. 13). Assim, através desse comportamento, torna-se possível aproximar o processo educativo e a pluralidade cultural.

Deste modo, considerando que as escolas constituem verdadeiros espaços culturais, não há como não se pensar em um





ensino que apresente uma mediação pedagógica fundamentada na diversidade cultural, que se constata nesses espaços.

Diante disso, é necessário que os profissionais da educação considerem o desafio de lidar não apenas com a cultura relacionada aos valores e costumes pessoais, mas também com uma leitura de cultura que compreende os conhecimentos e as experiências cotidianas que os alunos trazem de suas realidades sociais e afetam diretamente as relações que se desenvolvem no espaço da comunidade escolar.

É a partir dos contrastes e contradições que caracterizam a sociedade moderna, marcada pelo processo de globalização, que o multiculturalismo ganha força e se torna temática cada vez mais comum nos ciclos de debates, ganhando destaque em eventos à níveis mundial e nacional, como por exemplo: o X Congresso de Multiculturalismo, Direitos Humanos e Cidadania, ocorrido em Outubro de 2017, na cidade de Santo Ângelo – RS; o VI Seminário Educação, Relações Raciais e Multiculturalismo, ocorrido em Maio de 2016, na cidade de Santa Catarina – SC; e o VIII Simpósio Internacional sobre a Justiça, Globalização, Multiculturalismo e Direitos Humanos, ocorrido em Florianópolis – SC, Brasil, em Setembro de 2018. Incluindo nestes debates o contexto educacional.

Todavia, muito ainda necessita ser feito para que a perspectiva multicultural nos espaços escolares ultrapasse a fase de debates e teorias, tornando-se de fato uma prática presente cotidianamente nas escolas e, principalmente, que seja inserida no ensino dos conteúdos disciplinares na realidade da sala de aula.

Assim, considerando que a multiculturalidade vai de encontro com a busca pelo respeito e valorização das diferenças, seja em espaços sociais mais amplos, ou nos espaços educacionais, é importante salientar que este movimento teórico surgiu com o intuito de trazer contribuições para a função do processo educativo, que é formar para a vida. Diante disso, torna-se imprescindível envolver





esta temática ao longo de todo o processo educacional, de modo interdisciplinar e transversal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões desenvolvidas entende-se que a educação se constitui um instrumento fundamental para transformar pensamentos e atitudes preconceituosas por parte de algumas pessoas, através da possibilidade de prepará-las para a convivência em um mundo cada vez mais diversificado.

Assim, no contexto atual, caracterizado pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2001), os espaços sociais e, principalmente, os escolares têm enfrentado grandes desafios, diante da necessidade de desenvolver um processo de ensino que contemple todos os grupos sociais, independentemente de suas necessidades, peculiaridades e características físicas e culturais.

Neste sentido, é indiscutível a necessidade de se reverter os casos de exclusão social, que ainda se verifica em pleno século XXI. Esta realidade precisa ser modificada para facilitar a convivência humana em um mesmo espaço. Diante destes fatos, encontra-se a multiculturalidade, a qual vem conquistando cada vez mais espaço nas instituições de ensino de todo o País. Com intuito de contribuir para o fim da exclusão social, a mesma propõe o respeito e a tolerância com grupos sociais, que geralmente estão em condições inferiores aos demais, por isso constituem grupos mais vulneráveis sociopoliticamente.

Neste cenário, a instituição escolar se destaca como a principal entidade, capaz de reverter os casos de preconceito e discriminação que ainda se presencia em nossa sociedade atual. Com isso, a escola, por ser um espaço onde se desenvolvem debates e reflexões, adquire como nova função: a de promover a interação e a convivência pacífica entre pessoas de culturas e pensamentos distintos. Esta não se constitui uma tarefa fácil, mas também não é impossível.





Dentro dos espaços escolares é fundamental que a equipe pedagógica, em conjunto com os professores, proporcione o desenvolvimento de metodologias e práticas no cotidiano escolar, capazes de promover debates e reflexões juntamente com os alunos, sobre a necessidade do respeito e aceitação para com as diferenças culturais. Todavia, para que isto ocorra também é importante a existência de incentivos, seja financeiro ou estrutural, por parte do próprio Estado, o qual pode e deve promover e subsidiar o desenvolvimento de programas e projetos envolvendo esta temática nas escolas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 96: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: [s.n.], 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino fundamental)*. Brasília: MEC, 1997.
- CARMO, Janilson Cruz do; FARIAS, Jefson Jhony Tavares e MENDES, Rafael Williams. Multiculturalismo no ensino da geografia: um olhar sobre a EMEF Raimunda Barros na cidade de Cametá-PA. *VII Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Vitória - ES. 10 a 16 de Agosto de 2014. Vitória - ES. 2014.
- CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.
- CANDAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A. F. M.; CANDAU, V. M. *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008a.
- CANDAU, V. M. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. *Currículo sem Fronteiras*, v.11, n.2, p. 240-255, Jul/Dez. 2011.





CAVALCANTI, Lana. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. 18ª ed. Campinas: SP. Papirus editora, 1998.

CANEN, A. O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação. *Comunicação & política*, v. 25, n. 2, p. 91-107. 2007.

GROFF, P. V.; PAGEL, R. Multiculturalismo: Direitos das minorias na era da globalização. *Revista USCS – Direito*, ano X, n. 16 – jan./jun. 2009.

HANNA, Paola Cristine M. *Educação intercultural: possibilidade e superação das violências nas escolas*. 1ed. Curitiba: Appris, 2015.

MCLAREN, P. *Multiculturalismo crítico*. Trad. Bebel Orofino Shaefer. São Paulo: Cortez, 1997.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, Maio/Jun/Jul/Ago. 2003.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.

SILVA, M.J.A.; BRANDIM, M.R.L. Multiculturalismo e educação: em defesa da diversidade cultural. *Diversa*, Ano I, n. 1, p. 51-66, Jan./Jun. 2008. Disponível em:
http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/parnaiba/arquivos/files/rd-ed1ano1-artigo4_mariasilva.PDF Acesso em: 23 jun. 2016.

SILVA, N. N. da. A diversidade cultural como princípio educativo. *Paidéia*, Univ. Fumec, Belo Horizonte, ano 8, n. 11, p. 13-29, jul./dez. 2011.

WERNECK, Vera Rudge. Uma avaliação sobre a relação multiculturalismo e educação. *Ensaio. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 60, p. 413-436, jul./set. 2008.

Recebido em: 22 de outubro de 2018
Aceito em: 19 de fevereiro de 2019

